

A volta da indústria da seca

SEMIÁRIDO

Na contramão das propostas de convivência com a região, governo federal lança programa que deve beneficiar grandes empresas

Livia Bacelete e Helen Borborema
de Belo Horizonte e Porteirinha (MG)

NO FINAL DE 2011, a população do semiárido brasileiro, região que abriga 1.133 municípios dos estados do Nordeste, além dos nortes de Minas Gerais e Espírito Santo, recebeu a notícia do governo federal de que não seria mais estratégico investir na proposta dos Programas de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido.

Desenvolvido há anos pela Articulação no Semi-Árido (ASA) – coletivo que reúne mais de 750 entidades – o projeto trabalha com tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos.

Após o anúncio, em apenas cinco dias as organizações da ASA organizaram uma manifestação de 15 mil pessoas entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), o que fez com que rapidamente o governo aceitasse dialogar. Apesar de essa situação ter sido revertida temporariamente, com a prorrogação do investimento no programa por mais quatro meses e abertura de negociações para sua continuidade, o governo já anunciou o lançamento do Programa Água Para Todos.

Segundo informações oficiais, em apenas dois anos cerca de 300 mil famílias terão suas cisternas para captação de água da chuva. Para as organizações da ASA, seria bom se não fosse o fato de como isso vai acontecer. Ao invés de continuar a parceria com a Articulação, o Ministério da Integração Nacional já anunciou a distribuição de cisternas de plástico (polietileno).

Os movimentos e entidades locais temem que, ao invés de gerar renda para a economia local, o Programa Água Para Todos passe a concentrar a renda

Concentração de renda

Por meio do programa Um Milhão de Cisternas (PIMC), a ASA busca o envolvimento e capacitação das famílias na construção das cisternas, que são feitas de placa. Consequentemente, os movimentos e entidades locais temem que, ao invés de gerar renda para a economia local, seja nas casas de materiais de construção, seja para os pedreiros das comunidades, o Programa Água Para Todos passe a concentrar a renda e favorecer grandes empresas.

Segundo Naidison Quintela, da coordenação nacional da ASA, as cisternas de plástico, além de virem prontas e gerarem renda para as empresas, “não envolvem as famílias e bloqueiam um processo de desenvolvimento endógeno, que as cisternas de placas desenvolvem”. Ele afirma que o governo tem autonomia de continuar fazendo as cisternas de plástico e a Articulação não pode impedir. “Vamos debater com o governo e nos posicionar contra. “Avalliamos que o governo Dilma vai pagar caro por esse equívoco”.

Dono de uma das biodiversidades mais ricas do planeta, o semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos e populosos do mundo

Para Naidison, a ideia de garantir acesso à água para as famílias do semiárido é uma atitude inédita e deve ser saudada positivamente, mas o processo deve ser debatido. “A ASA tem restrições à tentativa de executar isso dentro de um processo demasiadamente apressado”, afirma.

“Construir 750 mil cisternas em dois anos é desconhecer o processo do semiárido, das comunidades, da perspectiva de convivência com o semiárido que vem sendo implantado através da cisterna de placas e voltar a proces-



Agricultora recolhe em balde água de cisterna

sos antigos de combate à seca, de grandes projetos, que sabemos que não deram resultados”, completa.

Segundo a ASA, outro grande gargalo das cisternas de plástico é o fato de elas custarem mais do que o dobro das cisternas de placas convencionais, construídas com ferro e cimento. Enquanto a de plástico custa em média R\$ 5 mil, o custo total de cada uma das cisternas de placas é, em média, R\$ 2.100 – este valor é “distribuído” nas economias locais da própria região. Com isso, ao invés de 300 mil cisternas de plástico, com os mesmos recursos a ASA poderia construir cerca de 750 mil de placas.

Outro aspecto alvo de crítica é a forma como o governo escolheu para o Programa Água para Todos ser implementado. No lugar de continuar as implementações no semiárido em parceria com a ASA e sociedade civil, o governo optou pelas parcerias com os estados e prefeituras.

Para Roberto Malvezzi, o Gogó, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o povo já está acostumado com esse jogo. “Em governos petistas, achávamos que essa prática estaria definitivamente enterrada”, porém “Dilma, em nome de seu ‘crescimento acelerado’, ressuscitou a indústria da seca”, afirma.

Convivência

Dono de uma das biodiversidades mais ricas do planeta, o semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos e populosos do mundo. Com muitas horas de sol por ano, baixa incidência de pragas, solos férteis e a possibilidade de acumular água de diversas formas, a região foi considerada inviolável por muito tempo.

“O imaginário nacional e internacional do semiárido é de uma região feia, seca, com gado morrendo de sede, gente migrando e assim por diante”, explica Gogó. Ele afirma que embora as elites sempre tenham colocado o semiárido como inviável, uma pesquisa recente mostrou que 38% da humanidade habita regiões áridas e semiáridas. “Portanto, há um paradoxo entre a concepção das elites e do povo”.

Marcado por uma histórica estrutura concentradora de renda, riquezas, água e terra, o semiárido brasileiro tem se transformado nos últimos anos. Iniciativas e estratégias da sociedade civil vêm demonstrando a viabilidade da região, em contraposição às tradicionais medidas de combate à seca. Assim nasceu a proposta de convivência com o semiárido.

Trata-se de um conceito que surgiu na academia do Nordeste há mais de um século, “mas essa expressão nunca



O semiárido de hoje é muito diferente daquele que existia antes da mudança de perspectiva do combate à seca para a convivência

saiu do papel. Quem deu cerne ao conceito foi a sociedade civil. Ela foi buscar o jeito de se viver bem aqui no semiárido”, explica Gogó.

Muitas das iniciativas e experiências que trabalhavam sob essa perspectiva convergiram para a criação, em 1999, da ASA, um fórum de organizações da sociedade civil, entre sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, federações e associações comunitárias, igrejas, católicas e evangélicas, pastorais sociais e ONGs.

Para Naidison Quintela, a grande intuição da Articulação foi sistematizar e assumir as experiências que já vinham sendo desenvolvidas na região, oferecendo e debatendo-as numa proposta de política pública para a convivência com o semiárido. “A cisterna de placas, a barragem subterrânea, o barreiro coletivo, a cisterna calçada, todas essas alternativas são provas de que a população resistiu. Por isso, queremos que sejam implementadas como política”.

“Essa nova forma de captar água traz a liberdade que a gente não tinha, traz o ser cidadão que a gente não sentia”

Liberdade

No âmbito do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, desenvolvido pela ASA, foram postos em prática os programas Um Milhão de Cisternas (PIMC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Através do primeiro, já foram construídas 372 mil cisternas de captação de água de chuva, com capacidade de armazenar 16 mil litros do recurso para o consumo humano. Outras 10.306 tecnologias sociais de armazenamento de água de chuva para produção de alimentos e consumo de animais foram construídas através do P1+2.

Joema Pereira, agricultora da comunidade Pedra Branca, município de Cumaru, em Pernambuco, conta que os projetos da ASA possibilitaram a liberdade das famílias em obter acesso à água. “Essa nova forma de captar água traz a liberdade que a gente não tinha, traz o ser cidadão que a gente não sentia. Ser livre, ter poder de uma coisa que não tínhamos, que é água”. Para Valquíria Lima, da coordenação nacional da ASA, essa autonomia gera conflitos sérios, pois atinge diretamente a raiz do poder na região: a concentração de água. “No momento que a cisterna dá autonomia às famílias sobre sua água, elas não precisam mais ficar dependentes de favores políticos”.

Para Naidison Quintela, a proposta política de convivência com o semiárido ainda não ganhou a guerra, mas está ganhando batalhas

Mudanças

“Primeiro veio a cisterna, depois veio o melhoramento da alimentação, porque hoje plantamos as hortaliças e não precisamos ir na feira comprar”, conta o agricultor José de Quitéria, do Sítio Sobrado, município de Jataúba, em Pernambuco.

Elton Mendes, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, município no norte de Minas Gerais, garante que o semiárido de hoje é muito diferente do que antes da mudança de perspectiva do combate à seca para a convivência. “A gente tinha um semiárido brasileiro que parecia um deserto, de onde o povo migrava para as grandes cidades em busca de serviço”, lembra. Elton conta que a migração em busca de melhoria de vida está acabando e muitos filhos de agricultores familiares, que foram embora, estão voltando. “Hoje, aqui é um lugar bom de se viver”, garante.

Para Naidison, a proposta política de convivência com o semiárido ainda não ganhou a guerra, mas está ganhando batalhas. “A guerra contra a perspectiva do combate à seca está em curso, por isso vemos grandes obras, como a transposição do rio São Francisco”, afirma. Segundo ele, é preciso uma política que não esteja voltada para esses grandes empreendimentos “que somente enriquecem poucos”.

Para o integrante da ASA, isso não é um sonho e já vem acontecendo na região. “Quem visita as comunidades onde tem cisterna, tem alimentação esta- cada, tem educação contextualizada, vê um semiárido diferente”, conta.

Conhecer para conviver

SEMIÁRIDO Nos meses em que chove na região, acumula-se muita água, que pode ser utilizada no restante do ano

Livia Bacelete e Helen Borborema de Belo Horizonte e Porteirinha (MG)

O SEMIÁRIDO brasileiro é um dos maiores, mais populosos e chuvosos do planeta. Em sua área de cerca de 970 mil km² vivem aproximadamente 23 milhões de habitantes, o que corresponde a 11,8% da população brasileira. A região concentra mais da metade da população pobre do país, segundo dados do Ministério da Integração Nacional.

Mais de 10 milhões de pessoas não possuem renda ou têm como única fonte de rendimento os benefícios governamentais. Estudos da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) mostram que 67,4% das crianças e adolescentes no semiárido brasileiro são afetados pela pobreza. Em 82% dos municípios da região o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de até 0,65, o que é considerado baixo.

Com um índice pluviométrico de 600 a 1.000 ml por ano, índice alto se comparado a outras zonas semiáridas do mundo, a região é caracterizada por chuvas espaçadas e concentradas em determinados períodos e por um período de estiagem.

Água acumulada

Ruben Siqueira, da Articulação Popular do São Francisco Vivo, explica que nos meses que chove, acumula-se muita água. "São quase 70 mil açudes construídos. Então, há muita água acumulada, sem uso, servindo de fator de manipulação política e econômica".

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Insti-



67% das famílias rurais da região não possuem acesso à rede geral de abastecimento de água

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que 67% das famílias rurais da região não possuem acesso à rede geral de abastecimento de água, sendo que 43% utilizam poços ou nascentes e 24% utilizam outras formas de acessar.

Outra característica da região semiárida é a elevada concentração de terras. Nela, existem mais de 1,7 milhão de estabelecimentos agropecuários (33% em relação ao total no país), segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Destes, 73% são de proprietários que concentram 93% das terras da agropecuária, enquanto os outros 27% se encontram em situação precarizada na relação com a terra, dispondo de apenas 7% da área.

Sem água para o povo

Nesse grupo, incluem-se os assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros e ocupantes. Somam-se também a eles os produtores sem área: há mais de 92 mil famílias agricultoras nessa condição no semiárido brasileiro, o que representa 36,3% das famílias agricultoras sem área no Brasil.

De **600**
a 1.000 ml por ano é o índice pluviométrico do semiárido brasileiro

Para Roberto Malvezzi, o Gogó, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a dificuldade no acesso à água se dá, principalmente, devido a uma política concentradora, em que poucos detêm a posse e uso da água do semiárido. "Água armazenada tem. Água para o povo não tem", afirma ele.

Para Ruben Siqueira, a proposta de conviver com o semiárido, partindo das potencialidades da região, foi um grande avanço da sociedade civil nos últimos anos. "Essa população se organizou, através de várias entidades e movimentos que se congregaram na Articulação no Semiárido com uma proposta de política pública", afirma.

Transposição, obra da indústria da seca

de Belo Horizonte e Porteirinha (MG)

"Há séculos se constroem grandes obras hídricas no semiárido para resolver os problemas das secas. Na verdade essas obras são ralos de dinheiro público, mecanismos de arrecadação de votos e formação de alianças políticas", afirma o sociólogo Ruben Siqueira, da Articulação Popular do São Francisco Vivo – SFVivo.

Ele acredita que o caso da obra de transposição do rio São Francisco não é diferente. As denúncias de rachaduras nos canais e paralisação das obras, que vieram à tona no final do ano passado, e continuam até hoje, só confirmam o que os movimentos sociais já previam.

As obras estão atrasadas e, apesar de terem recebido apoio de parte da população, apenas 4% da água transposta servirá para atender essa população, de acordo com os Estudos de Impacto Ambiental do projeto. Aproximadamente 26% da água será para abastecimento urbano e industrial e volumosos 70% de água serão destinados para os grandes projetos de irrigação e grandes atividades privadas, que dependem de água doce.

É o caso dos criatórios de camarão em cativeiro, dos serão beneficiados com a conclusão do projeto. Para cada quilo de camarão, usam-se 50 mil litros de água. "A propaganda do governo foi muito eficiente em falar dos 12 milhões de sedentos que dependiam dessa obra, mas se eles dependessem mesmo, já estavam mortos", critica Ruben.

Apenas 4% da água transposta servirá para atender essa população, de acordo com os Estudos de Impacto Ambiental do projeto

Altos custos

A obra, apelidada por muitos de faraônica, terá um custo alto. Para vencer o relevo da região e bombear as águas desviadas do rio de uma altura de até 300 metros, será consumida muita energia elétrica. Estudos calculam que os custos totais da água da transposição para irrigação agrícola podem chegar a R\$ 0,36 o metro cúbico, quando na própria bacia do São Francisco ficam atualmente em R\$ 0,12.



Pe. Sebastião Gonçalves

Transposição: rachaduras nos canais e paralisação das obras

O governo ainda não confirma quem pagará a diferença nessa conta. Mas os movimentos sociais já denunciaram que, como é de praxe, o subsídio deve vir embutido nas contas de energia da população de toda a região, sendo ela diretamente beneficiada ou não.

Os números exorbitantes não param por aí. Com um custo inicial previsto em 2010 para cerca de R\$ 5 bilhões, o Ministério da Integração Nacional já anunciou um aumento no orçamento de 36%, somando R\$ 6,85 bilhões. Após escândalos e denúncias de desmonte dos investimentos, a pasta anunciou que as paralisações são temporárias e não se pagará duas vezes pelo serviço, que, de acordo com o ministério, ainda é de responsabilidade das empreiteiras.

O sentimento em grande parte das comunidades localizadas ao longo dos canais da transposição é de revolta da população que havia apostado na obra. As informações da Articulação Popular do São Francisco, que acompanha a bacia do São Francisco, são de que muitas famílias desapropriadas ainda não receberam as indenizações e as casas prometidas ainda não foram entregues. Além disso, muitas das pessoas que, acreditando no desenvolvimento anunciado, abriram negócios, como restaurantes, mercadinhos, armazéns, com a paralisação das obras passaram a viver em condições piores que as de antes.

Alternativas

Em documento divulgado em 4 de outubro de 2011, dia em que se celebra São Francisco e o descobrimento do rio que recebeu seu nome, a SFVivo afirmou que mesmo quatro anos depois de iniciado o projeto de transposição para o Nordeste Setentrional, as principais críticas se

confirmam. A revitalização da Bacia, tarefa cobrada há tempos, veio em um programa governamental mínimo de esgotamento sanitário como "moeda de troca" pela transposição, que se arrasta incompleto, insuficiente, sob suspeitas de corrupção e sujeito ao jogo dos interesses político-eleitorais.

As alternativas para resolver os problemas da seca e promover o desenvolvimento sustentável do semiárido setentrional já são propostas pelas quase 750 entidades da sociedade civil reunidas na ASA (Articulação no Semiárido) há quase 15 anos. Em relação ao abastecimento urbano, são sugeridas pela ANA (Agência Nacional das Águas) no Atlas Brasil.

Muitas famílias desapropriadas ainda não receberam as indenizações e as casas prometidas ainda não foram entregues

Segundo o sociólogo Ruben, "são obras identificadas, pequenas e médias, que de forma descentralizada e adequada às várias condições locais, atendem bem mais que os 5% do território e 0,3% da população do semiárido, o que conseguirá diretamente a transposição".

Para Roberto Malvezzi, da Comissão Pastoral da Terra, agora vem sendo desenvolvida a convivência com o semiárido, partindo de seu potencial de chuvas, de biodiversidade, da riqueza cultural de seu povo. "Mas aqueles que sempre se alimentaram da indústria da seca preferem as grandes obras e, pelo jeito, com as cisternas de plástico, querem continuar controlando até a gota d'água do povo". (LB e HB)

espaço sindical

da Redação

Configurado como hora-extra

A lei federal nº 12.551/2001, sancionada dia 15 de dezembro pela presidenta Dilma Rousseff, alterou o artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e equipara os efeitos jurídicos da subordinação exercida de forma pessoal e direta no trabalho àquela feita com o uso de meios eletrônicos. Desta forma, os empregados que receberem mensagens no celular, por email ou ligações telefônicas de seus gestores fora do horário e local de trabalho passam a ter direito ao pagamento de horas extras. O assunto tem sido tema de polêmica na mídia corporativa.

Adaptação à realidade

André Grandizoli, secretário-adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), explica que a medida representa o ajuste da legislação ao avanço da tecnologia. Para ele, a lei pode ser vista como "uma evolução, por reconhecer um tipo de trabalho que já ocorre, o chamado teletrabalho". Ele destaca ainda que esse dispositivo busca reconhecer o tempo do trabalhador em função do empregador, independente do meio usado ou da presença física na empresa. "Se o trabalhador estiver à disposição do empregador fora do local de trabalho, por meio telemático, ele deve receber horas extras", destacou. (Contraf-CUT).

Salário superior na construção

Pela primeira vez, o salário médio de admissão na construção civil supera o da indústria, comércio e serviços. De janeiro a outubro do ano passado, o salário médio de ingresso ficou em R\$ 993,33. Isso significa um preço 5,46% superior ao salário de ingresso, médio, pago na indústria de transformação (R\$ 941,83). Com relação ao comércio, a diferença é de 24,31%. (Valor Econômico)

Trabalhadores preparam greve

O ritmo de trabalho intenso e acelerado nos frigoríficos, péssimas condições ergonômicas e baixíssimas temperaturas nas salas de corte têm elevado a incidência de doenças profissionais no setor. Devido à gravidade da situação, as entidades sindicais cobram do governo a elaboração de uma Norma Regulamentadora (NR) específica. Entre as exigências dos sindicatos da categoria, estão a redução do tempo de exposição ao trabalho penoso e ao ritmo acelerado; pausas de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados, para evitar lesões osteomusculares; e participação das entidades sindicais no controle e fiscalização. (CUT)

Mobilização dos servidores

Representantes de entidades nacionais (Andes-SN, ANFFA-SN, ASFOC, ASMETRO-SN, CONDSEF, CSP-Conlutas, CTB, Fasubra, FENASPS, Fenajuve, Proifes, Sindreceita, Sinagências, Sinal, Sinasefe, Unacon, Unidos pra Lutar) e de vários sindicatos de base participaram, dia 10, da primeira reunião do fórum unido em torno da Campanha Salarial 2012 em defesa dos servidores e serviços públicos. No encontro, as entidades falaram sobre o contexto político e prováveis obstáculos que vão enfrentar na busca de melhores condições de trabalho e investimento voltado para a população. Há consenso entre as entidades de que o cenário econômico segue apontando para uma sequência de recordes de arrecadação. O superávit primário tem superado as expectativas do próprio governo. O entendimento unânime é de que há condições para assegurar avanços importantes na administração pública (Conlutas e CUT).

Servidores desvalorizados

A desvalorização dos servidores públicos concursados é a marca da atual gestão da prefeitura de Curitiba (PR). Hoje a Secretaria de Comunicação conta com mais comissionados do que servidores de carreira. Do total de 71 funcionários, 41 (57%) foram nomeados sem a necessidade de realizar o concurso para o serviço público, conforme determinado pela Constituição Federal.

Salário abaixo do piso

Um dos casos que chegou ao conhecimento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (Sismuc) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor PR) é a situação discrepante na secretaria de comunicação social, onde a disparidade salarial deixa a prefeitura sujeita a punições por não cumprir a convenção regional de categorias como jornalistas e relações públicas. (Sismuc e Sindijor).